

A DIMENSÃO SUBJETIVA NA PESQUISA

*Ana Maria Netto Machado*¹

Este trabalho resgata, num conjunto de importantes artigos de autoria de pesquisadores reconhecidos e experientes em educação, uma amostra de declarações e depoimentos nos quais podemos ver claramente a importância da dimensão subjetiva na pesquisa. O intuito é o de insistir sobre a necessidade de admitir que um pesquisador, digno desse título, autor e criador, só pode se construir sobre seus próprios passos, sobre sua trajetória de vida, única, original e, desde esse seu lugar, interagir com o universo de outros autores que povoam o mar de letras contemporâneo. O artigo aponta também para a forte barreira que, durante tantos anos e em nome da objetividade e neutralidade científicas, precisou ser erigida entre produção acadêmica e produção literária, entre arte e ciência. Apesar de diferenças irreduzíveis, essa muralha começa a ruir, e alguns importantes elementos comuns, que foram até pouco ignorados, e talvez por isso pouco estudados, começam a ser alvo do olhar dos estudiosos, entre eles a noção de autoria e a própria operação da escrita e seus procedimentos.

¹ A autora exerce a psicanálise; mestre em Educação pela Ufrgs e doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade de Paris X.

É nossa intenção, neste trabalho, mostrar o lugar decisivo ocupado pela dimensão subjetiva no ato de pesquisar e, conseqüentemente, no produto resultante desse ato, a pesquisa propriamente dita. E, mais ainda, mostrar que essa dimensão não precisa, necessariamente, ser tratada como um estorvo, a ser eliminado a qualquer preço, mas que, ao contrário, ela pode ser aproveitada como um instrumento de trabalho rico e produtivo, desde que seja considerada sob certas condições, que serão, justamente, alvo de nossa exposição.

Uma rápida travessia pelas tendências que foi tomando a pesquisa nas últimas décadas (em ciências humanas e, mais especialmente, em educação) é oferecida por Magda Soares num breve artigo, escrito em parceria com Ivani Fazenda, intitulado "Metodologias não convencionais em teses acadêmicas"². Algumas passagens desse artigo serão úteis para mostrar o lugar que foi sendo, sucessivamente, atribuído ao sujeito pesquisador nas diversas concepções de pesquisa que foram dominando a cena acadêmica em nossa história recente.

Foi nos anos 70 que a democratização do ensino se acentuou no Brasil; foi também nos anos 70 que a teoria da reprodução e da violência simbólica chegaram ao país (é de 1978 a publicação da tradução de A reprodução de Bourdieu e Passeron); é ainda nesses anos que se desenvolve fortemente a reflexão marxista sobre a educação e o ensino [...] Sob a

influência das novas idéias, nos anos 70 é que se começou a negar a pretensa neutralidade da pesquisa, os modelos "positivistas" de investigação, a soberania do quantitativo; foi nos anos 70 que surgiram a pesquisa participante, a pesquisa-ação, a influência de métodos etnográficos na pesquisa educacional, a ênfase no qualitativo em oposição ao quantitativo. E foram também nos anos 70 que, à luz da dialética marxista, colocaram em pauta a questão das relações entre teoria e prática (Soares, 1992 p.125).

A preocupação da autora é, aqui, mostrar a conjuntura que possibilitou o desenvolvimento e o progressivo fortalecimento das metodologias que ela chama de *não convencionais*, que foram desestabilizando concepções de pesquisa muito arraigadas num pensamento positivista que impunha modelos bastante estáticos, com exigências difíceis de serem respeitadas, respeitando os fenômenos sociais. Na sua análise, ela mostra que, à medida que se inverte o modelo que parte de uma teoria, considerada *a priori* para comprovar hipóteses na prática, e que se passa a usar a prática como ponto de partida para confirmar ou reformular teorias já existentes ou até construir outras novas, acontecem mudanças radicais na posição do *locutor*, dos *interlocutores* e do *gênero* da pesquisa.

Nas metodologias classificadas por Magda Soares como *convencionais*, o elemento que nos interessa ressaltar é a

exigência de neutralidade e de objetividade, pois é em nome dessa exigência que a dimensão subjetiva precisou ficar excluída da pesquisa. Nessa concepção de investigação científica, os fatos pesquisados devem falar por si próprios, sem interferência do pesquisador, o qual precisa lançar mão de todos os recursos e artifícios possíveis para permanecer fora da pesquisa que ele conduz.

Retenhamos esse dado fundamental: por mais positivista e quantitativa que uma pesquisa possa ser, ela não se faz sozinha. Há, necessariamente, um pesquisador que a conduz! Ele poderá ter se esmerado, mais do que em todo o resto da pesquisa, em construir um esconderijo perfeito, impossível de ser percebido, mas ele e seu esconderijo perfeito continuam existindo em algum lugar, mesmo que esse lugar se queira inexistente.

Nesse modelo, a distância entre o pesquisador e sua pesquisa precisa ser a maior possível. Fica claro que esse é um ideal e, como tal, nunca pode ser atingido plenamente; e, concomitantemente, acalenta-se, nesse caso, a ilusão de que é possível conduzir uma pesquisa sem condutor ou, então, com um condutor sem rosto, sem cor, sem timbre de voz, sem pai nem mãe, sem idade, que não frequentou a escolinha do bairro X com a professorinha Y, e assim por diante. Conclusão: um pesquisador que pendura sua vida no cabide quando vai pesquisar. Despido de sua dimensão subjetiva, cabe perguntar o que restará ao *pobre* pesquisador como instrumento para tão difícil

empreitada? Pobre porque impedido de utilizar, na realização de sua pesquisa, a riqueza que as experiências de vida lhe outorgaram.

Mas continuemos. O fato de, num determinado momento, os pesquisadores terem se permitido ir a campo, sem estarem munidos de teorias e hipóteses previamente formuladas, fez com que aquela distância abismal entre o pesquisador e os pesquisados fosse se esvanecendo, criando, sem dúvida, muitas confusões e gerando a necessidade de construir técnicas, táticas e metodologias para lidar com essa complexa novidade, em que já não ficava tão fácil dizer quem era quem.

Assim como a dialética marxista colocou em revista, num determinado momento, a relação entre teoria e prática e justificou essas incursões, no campo empírico de pesquisa, sem as “devidas precauções”, o pesquisador começou a se aproximar do que queria estudar, de certa forma despido de sua armadura protetora (teoria e hipóteses prévias), o que também colocou em xeque a clássica relação entre sujeito e objeto de conhecimento. Esse contato direto com os pesquisados já não mais permitia tratá-los como coisas distantes. Eles se imiscuíam, demandavam, criticavam, apoiavam, rejeitavam, eventualmente atrapalhavam o andamento da pesquisa ou até a impediam. Os pesquisados estavam vivos, presentes, desejosos de alguma coisa, fosse ela favorável ou desfavorável aos fins do pesquisador e de sua pesquisa. Hoje, praticamente não falamos mais em

objeto de estudo ou de pesquisa na relação com um sujeito pesquisador³.

À medida que, em educação, o objeto de estudo são praticamente sempre pessoas, o termo *objeto* se aplica com dificuldade e gera um mal-estar que praticamente o eliminou de nossa bibliografia. Passou-se, então, a falar na relação entre pesquisador e pesquisados e, hoje, com as metodologias participativas, praticamente se eliminou o pesquisado do vocabulário, o qual ganha, cada vez mais, o estatuto de co-pesquisador. Evidentemente, falamos aqui de uma tendência dominante, pois continuam coexistindo com essa versão, mais difundida em nosso meio hoje, muitos outros modelos, até mesmo os mais radicalmente convencionais.

Se, anos atrás, o ideal de pesquisa pregava a exclusão do sujeito pesquisador em nome do rigor científico, da objetividade e da neutralidade da investigação, hoje um outro ideal mostra-se em vigor. Trata-se de eliminar os sujeitos pesquisados para considerá-los, conjuntamente com o pesquisador, *pesquisadores* (na pesquisa participativa, na educação popular e nos movimentos sociais, por exemplo). Se, no primeiro caso, excluía-se a dimensão subjetiva do pesquisador como nociva e perigosa para o rigor e a objetividade científicas, nessa tendência atual, tenta-se, de alguma maneira, incluir a dimensão subjetiva dos sujeitos pesquisados. Fica excluída, nesse caso, a coisificação desses sujeitos pesquisados, o que parece sustentar-se numa dimen-

são ética promissora. Magda Soares corrobora essa visão ao dizer:

Parece-me que é exatamente a compreensão do papel fundamental, na pesquisa, dos sujeitos pesquisados é que vem trazendo uma nova vertente, nesse continuum que parte do "convencional" em direção, ao "não convencional", no campo da pesquisa educacional (Soares, apud Severino, 1992, p. 124).

O que, no entanto, nos chama a atenção, sobremaneira, é que os sujeitos pesquisados tenham obtido um reconhecimento, enquanto tais, antes mesmo que o próprio sujeito pesquisador. E notem que essa mudança de postura, do sujeito pesquisador com relação aos sujeitos pesquisados, no sentido de reconhecer-lhes o direito à voz e à participação, parte do primeiro, que ainda não conquistou uma legitimidade para sua própria posição dentro da sua própria pesquisa. Se, nas pesquisas convencionais, o pesquisador devia desempenhar um papel, no mínimo, invisível ou transparente em nome da objetividade, hoje, ele, de certa forma, continua tendo que desempenhar um papel mais ou menos transparente, não em nome da neutralidade e da objetividade científicas, pois não mais se acredita nessa possibilidade, tampouco, ela é considerada tão desejável como outrora, mas em nome de uma postura democrática e ética de respeito às minorias, aos oprimidos, entre os quais os pesquisados podem ser incluídos, quando tratados

como objeto (se aplicaria bem aqui o termo *cobaia*).

Enquanto, nas pesquisas participativas, a vida dos sujeitos pesquisados conquistou o pleno direito de entrar na pesquisa (suas dimensões subjetivas), o mesmo ainda não acontece com o pesquisador. Ao menos não ainda de pleno direito. Entretanto, não restam dúvidas de que estamos caminhando nesse sentido e de que continuamos colhendo os efeitos das inovações que mobilizaram as concepções de pesquisa desde a década de 1970, como vimos anteriormente nas palavras de Magda Soares.

Vários indícios mostram que o pesquisador está cada vez mais legitimando uma participação não dissimulada nas suas pesquisas. Começa-se a admitir que a dimensão subjetiva do pesquisador tem relações muito íntimas com a pesquisa que ele realiza e começa-se a perceber, também, que, ao contrário do que se pensava, manter velado ou recalcado esse aspecto pode obstruir a riqueza da investigação ou até impedir seu desenvolvimento. Trazemos novamente o depoimento de Magda Soares nesse sentido:

Este novo momento admite mais que a impossibilidade de objetividade na pesquisa; este novo momento, na verdade, considera a subjetividade como fonte de informação. Ou seja: no "continuum" do convencional ao não-convencional, partimos da neutralidade pretendida, passamos à não-neutralidade reconhecida, ou até suportada, para chegarmos

à não-neutralidade valorizada. A não-neutralidade valorizada é o reconhecimento do eu como objeto de pesquisa possível, porque, na verdade, (o eu somos nós) (Soares, apud Severino et alli, p. 126).

Observemos, entretanto, que a subjetividade (o eu, como traduz Magda Soares) valorizada aqui é a dos pesquisados e não ainda a do pesquisador. Sua pessoalidade pode ser valorizada à medida que ele se alinha lado a lado com os pesquisados, mas isso não aparece ainda tão explicitamente quanto à legitimidade do eu dos pesquisados. Apesar dessas dubiedades, estamos caminhando rumo a esse reconhecimento. Um pouco mais adiante, em seu texto, a autora afirma:

No "continuum" do convencional ao não-convencional", partimos do pesquisador que se oculta e delega aos dados a locução, passamos ao pesquisador que assume a locução, buscando a parceria dos pesquisados, chegamos ao pesquisador que se reconhece como individualidade que se dissolve construindo o coletivo com os outros, em compromisso, em solidariedade, em cumplicidade com os outros (Soares, apud Severino, p. 127).

Como bem diz a autora, o pesquisador, antes, escondia-se atrás dos fatos; hoje, ele ainda se esconde, agora entre as subjetividades dos pesquisados, *se dissolve construindo o coletivo com os outros*. O pesquisador está buscando vias

para assumir o lugar relevante que, de fato, ele tem na condução de sua pesquisa, lugar que, por enquanto, tem encontrado uma certa legitimidade através do reconhecimento da importância da subjetividade dos pesquisados. Esse parece ser o caminho sinuoso que o pesquisador tem percorrido na busca de sua identidade e legitimidade.

Um dos indícios mais fortes desse movimento atual, no sentido de reconhecer a importância da vida pessoal do pesquisador e suas implicações na pesquisa, é a prática - cada vez mais difundida nas seleções para os cursos de pós-graduação e nos concursos para professor universitário - de solicitar um memorial ao candidato. Esse memorial é, talvez, o primeiro espaço oficial oferecido pela academia no qual o subjetivo é visto como bem-vindo e legítimo. Pela primeira vez, permite-se como algo lícito e não prejudicial ao bom desenvolvimento da ciência, logo, sem culpa, a inclusão da vida pessoal na instância acadêmica. O resultado vai desde memoriais aplaudidos e que têm sido publicados por sua beleza de estilo e pela feliz integração que conseguiram entre a dimensão pessoal e a produção pessoal acadêmica, até estranhos documentos que alinham parcamente uma autobiografia a um currículo ou a um plano de pesquisa. Tanto tempo se passou em que a censura pairava tão fortemente sobre qualquer aspecto pessoal que pudesse infiltrar-se numa pesquisa, sendo esses encarados como verdadeiros crimes, que mereciam castigo, de tal for-

ma que hoje, quando se propõe e se espera que isso aconteça, muitos se sentem desorientados, não entendendo muito bem o que se espera deles.

Quase todos os pesquisadores com larga experiência em orientação de dissertações mostram-se sensíveis às íntimas relações entre a vida pessoal e a produção intelectual ou, mais especificamente, à pesquisa e registram observações, *en passant*, nesse sentido. Porém, estando esparsas, o tema passa despercebido, permanecendo "invisível", faltando-lhe vigor para impor sua relevância. Vejamos alguns exemplos selecionados a partir de vários artigos.

Em 1993, Antônio Joaquin Severino, na sua obra *Metodologia do trabalho científico*, no capítulo que dedica aos trabalhos de pós-graduação, afirmava que todo trabalho científico tem em comum a pesquisa e a reflexão pessoal, autônoma, criativa e rigorosa. E mais:

Trabalho pessoal no sentido em que "qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal que seu objetivo de investigação passa a fazer parte de sua vida" a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, ela deve lhe dizer respeito. Não evidentemente, a um nível puramente sentimental, mas a nível da avaliação da relevância e da significação dos problemas abordados para o próprio pesquisador; a vista de sua relação com o universo que o envolve. A escolha de um tema

de pesquisa bem como a sua realização necessariamente é um ato político. Também, nesse âmbito, não existe neutralidade (Severino, *idem*, p. 109).

A escolha de um tema de pesquisa, assim como todos os demais atos envolvidos na atividade de investigação, é um ato político, sem dúvida, mas, não esqueçamos, profundamente ancorado na história pessoal do pesquisador; história que não é uma roupagem superficial da qual o pesquisador possa desvencilhar-se, mas que está encravada e inscrita visceralmente em todas as dimensões de si. Trataremos mais adiante especificamente sobre a escolha do problema como sendo, efetivamente, um problema que dói, isto é, algo que representa um conflito desafiante e perturbador para o pesquisador, do qual a pesquisa é, literalmente, uma tentativa de livrar-se.

Antônio Joaquin Severino, bem como Celso João Ferretti, no seu artigo intitulado “Acompanhamento do processo de escrever de mestrands e doutorandos: um depoimento”, corroboram essa visão. Este último afirma: “Usualmente, o ‘projeto’ com o qual o aluno se apresenta é a busca de uma resposta para uma questão que o incomoda na sua prática profissional” (Ferretti, *apud* Bianchetti, 1997).

E nós acrescentamos que todo incômodo na vida profissional é um problema na vida pessoal, uma vez que, em nossa tradição cultural, o trabalho assume grandes proporções na vida das pessoas.

Severino traz o seguinte: “A descoberta científica é, sem dúvida, provocada pela tensão gerada pelo problema. Daí a necessidade de se estar vivenciando uma situação de problematização”.

Dessa tensão, que não está muito longe da concepção de sofrimento psíquico, podem muito bem nos falar todos aqueles que fizeram o percurso de dissertação de mestrado ou de tese de doutorado. O trabalho intelectual revela-se, então, nem tão intelectual como se pensa, uma vez que estão em jogo razão e paixões, como declara Severino: “É preciso uma prática e uma vivência que façam convergir estes dois vetores, de modo que os resultados possam ser portadores de descobertas e de enriquecimento. Aqui, consequência fecunda da correlação entre razão e paixão” (*idem*).

Se pensamos também na obstinação com que os grandes pesquisadores perseguem seus objetivos, acima de tudo e de todos, não é difícil admitir o quanto se confundem vida e obra nesse caso. Tanto isso é verdadeiro que o problema de pesquisa repercute na vida pessoal, como o contrário, a vida pessoal determina, em boa parte, o espectro de problemas que podemos escolher para resolver cientificamente. Miriam Warde ilustra o primeiro caso no seu artigo “Diário de bordo de uma orientadora de teses”, ao afirmar: “...é de se compreender a enorme mobilização emocional empreendida e que necessariamente afeta esferas extra-acadêmicas” (Warde, *apud* Bianchetti, 1997, p. 165).

Outro autor, Sedi Hirano, na sua obra *Pesquisa social-projeto e planejamento*, reconhece que um projeto de pesquisa “pode ter tido origem em motivos “extracientíficos” e ter esse destino, apesar da elaboração e processamento da pesquisa se assentarem em bases científicas” (Hirano, p. 94). Citando Florestan Fernandes, Hirano

ressalta que o pesquisador precisa ajustar-se à condições que variam consideravelmente, em função das causas que podem determinar o desejo ou a necessidade de conhecer-se cientificamente uma dada situação ou fenômeno social, do conhecimento prévio do assunto (em geral e em particular)... (Fernandes, apud Hirano, p. 91).

Nessas duas passagens, podemos constatar que ambos os autores reconhecem que a pesquisa está imersa num contexto que não se restringe ao campo profissional e que os problemas de pesquisa podem ser determinados pela dimensão pessoal do pesquisador, seus desejos ou necessidades, que têm origem extra-acadêmica. Quanto ao conhecimento prévio do assunto, é necessário perceber que não se trata apenas de teorias que o pesquisador tenha assimilado na sua trajetória de estudos, de maneira puramente límpida e intelectual, pois essa apropriação de conhecimentos tampouco é isenta de singularidade e de subjetividade nos seus processos. Nesse sentido, Guiomar Namó de Mello, apesar de não se referir

especificamente à pós-graduação, traz alguns elementos esclarecedores.

Há ainda um outro equívoco gravíssimo, que envolve o problema da apropriação do conhecimento. As pessoas não se apropriam de um mesmo conhecimento de modo idêntico. Do ponto de vista da escola, o ponto de chegada deverá ser comum. Varia, entretanto, o processo que cada pessoa vive, o modo como ela integra esse conhecimento às suas condições de vida específicas. (...) Tanto que, se for verificado como é que o ouvinte recebeu a mensagem, se perceberá que muitos a decodificaram de uma forma que o professor jamais imaginaria. As pessoas integram a mensagem ao seu contexto de vida, ao seu esquema intelectual, aos conceitos que já utilizam (Mello, apud Fazenda, 1993 p. 91-92).

A formulação de Mello aponta para a singularidade e a originalidade dos processos de apropriação de conhecimento. Uma mesma teoria apresentada por um professor numa sala de aula resultará em teorias muito diversas na mente de seus diversos alunos. Mas, como nos mostra bem a autora, à escola interessa mais a teoria transmitida do que a teoria assimilada. Nesse sentido, o processo de equilíbrio entre assimilação e acomodação, proposto por Piaget há tantos anos para dar conta de como se aprende, embora muito difundido, é, de fato, muito raramente levado até suas últimas

consequências, que deveriam implicar a curiosidade do professor sobre as teorias que seus alunos desenvolveram a partir do que ele lhes apresentou. Caso fosse dado espaço para expressão dessas construções dos alunos durante qualquer nível da escolaridade, teríamos como consequência o desenvolvimento de um estilo e a possibilidade de reconhecimento dessas marcas singulares que cada um imprime ao mundo, quando esse vai sendo internalizado.

De fato, a avaliação corriqueiramente feita nas escolas não avalia o efetivo resultado da construção de conhecimento nos alunos, mas o conteúdo ensinado pelo professor. Mais do que nada, a avaliação acaba constatando o quanto do que se ensinou não foi deformado, isto é, não foi digerido e, portanto, aquilo que não foi apreendido, o resto inútil do processo ensino-aprendizagem. Muitas vezes, esse resto não digerido, felizmente, é tão pequeno que a avaliação é fraca, pois ela deixa de estimar o mais precioso processo, que foge a qualquer controle possível do professor. É isso o que a escola não soube, muito freqüentemente, valorizar nem reconhecer e é o que, de fato, os alunos levaram da escola para a vida e reaparecerá nas suas paixões e realizações, em algum momento de suas vidas, muito provavelmente completamente fora do alcance do olhar do professor. Cabe aqui chamar a atenção para a quantidade de estudos repetitivos e inconseqüentes em torno do tema da avaliação escolar, que parece continuar sen-

do um mal inevitável, para o qual solução verdadeiramente inovadora e eficaz não tem sido obtida.

Uma experiência inovadora em educação, na pós-graduação, é relatada por Ivani Fazenda, no seu livro *Interdisciplinaridade, um projeto em parceria*, onde afirma que o desafio de muitos alunos é desejar pesquisar a própria prática. O primeiro problema que surge, nesse caso, refere-se à postura do pesquisador, dividido entre seu desejo de pesquisar sua própria ação e inúmeros medos, como o de que sua experiência seja comum, medíocre e vazia, ou o de não encontrar pesquisas já elaboradas que possam ajudá-lo como referencial teórico, ou, ainda, o de não encontrar um orientador que se disponha a acompanhá-lo nessa aventura.

Já nessa breve colocação fica claro que a autora está se referindo, ao falar em postura do pesquisador, não a qualquer entidade abstrata e isenta, mas a atitudes pessoais, desejos e medos que entram em conflito e geram desconforto e angústia. É impossível negar, nesses elementos, a presença da dimensão subjetiva do pesquisador. É importante lembrar aqui que esse conflito não deve ser encarado como um estorvo a ser eliminado nem dissimulado, mas precisa ser solucionado. A pesquisa propriamente dita consistirá, justamente, nesse percurso e nas estratégias para resolver esse impasse. Vale a pena rever a passagem de Severino (1993), citada anteriormente dada a sua importância para nossa

argumentação: “A descoberta científica é, sem dúvida, provocada pela tensão gerada pelo problema. Daí a necessidade de se estar vivenciando uma situação de problematização”.

O motor da descoberta é esse conflito, que só é produtivo quando está efetivamente enraizado numa problemática substantiva da vida pessoal do pesquisador. Esse querer saber, essa curiosidade, que pode chegar a tomar forma de obsessão, só pode render efeitos numa obra científica quando visceralmente encravado na existência pessoal⁵.

Voltando à experiência de orientação de trabalhos que visam teorizar a própria prática, Ivani Fazenda conta como opera, dizendo que é fácil, nesses casos, definir o campo de pesquisa, mas não o objeto. Em primeiro lugar, ela trabalha com a descrição do fenômeno por escrito e oralmente, indaga sobre como surgiu esse interesse e chama essa fase do trabalho de *sessões*, de verdadeiras *terapias*. As sessões são gravadas para completar o quadro de informações. A autora chama esse resgate da experiência através dos recursos mencionados *leitura subjetiva*: “Não sei bem quantas vezes são necessárias para que a subjetividade aflore em sua plenitude”, diz Fazenda. Eis aqui um belo exemplo de aproveitamento da dimensão subjetiva para o avanço da pesquisa.

Nem todos os pesquisadores, porém, conseguem perceber a riqueza que se esconde nesse mundo de implícitos, que só aflora através de astúcias e recursos,

de que é exemplo o relato de Fazenda. A autora conta também que nem sempre o conteúdo que aflora é agradável, podendo também emergir o lado sombrio, e

... alguns pesquisadores não conseguem levar a bom termo sua descrição, por bloqueios internos, que em nenhum momento são tocados, pois a intenção não é realizar sessões terapêuticas (não nos compete), mas tão somente facilitar a expressão e a descrição de um fenômeno, em toda a gama de detalhes que a subjetividade puder traduzir (Fazenda, p. 100-101).

Numa segunda etapa, a autora promove o que ela denomina de *leitura objetiva* do fenômeno; assim, feitas as duas leituras, o problema começa a tomar contornos mais definidos. Não vamos seguir todo o processo descrito pela autora, mas nos interessa ainda insistir sobre alguns aspectos relativos ao processo de escrita, muito bem colocados nesse artigo. Fazenda pôde perceber que

alguns alunos sentiam-se extremamente tolhidos em reproduzir, nos seus trabalhos de dissertação ou tese, a linguagem acadêmica convencional, forma clássica já consagrada. (...) percebemos que o pesquisador da interdisciplinaridade precisa encontrar sua forma, a que lhe é mais peculiar, para expressar-se por escrito. Desta forma, o texto fica mais completo, as idéias ganham, dimensão de totalidade, e possibilita-se ao leitor menos avi-

sado um perceber-se no texto. Quando este "vem de dentro" do seu autor, comunica com mais plenitude, revelando-se para quem o lê (Idem, p. 103).

Endossamos a posição de Fazenda nesse aspecto, acrescentando que isso vale não apenas para o pesquisador da interdisciplinaridade, mas para todo pesquisador, até porque não sabemos se podemos conceber hoje algum pesquisador que não seja da interdisciplinaridade, tanta é a complexidade e o emaranhado do campo dos saberes atual.

Essa passagem continua com uma questão interessante: "Como conciliar, então, a contradição da realização de um trabalho acadêmico com um trabalho que lhe fosse prazeroso produzir?" (Idem). E cabe perguntar: há mesmo aí uma contradição intrínseca e, se houver, não podemos superá-la? Ou seria essa mais uma entre a longa série de dicotomias e falsas oposições que a tradição ocidental consagrou e que têm funcionado como arapucas aprisionadoras ou becos sem saída para o avanço do conhecimento em ciências humanas, tais como corpo/alma, individual/social, teoria/prática, manual/intelectual, razão/paixão; sujeito/objeto, subjetivo/objetivo, vida/obra, arte/ciência, oral/escrito, escrita/leitura, entre tantos outros acasalamentos?

Observe o leitor que muitas dessas duplas desfilaram ao longo das páginas precedentes pela pena dos autores. Uma delas é razão/paixão, trazida por Severino. O autor fala da fecundidade da correlação entre razão e paixão e postula,

justamente, esses dois elementos como sendo fundamentais para a criação ou descoberta científica. Um exemplo concreto da fecundidade de trabalhar com esses falsos opostos, sem que um tenha que excluir o outro, está na experiência de Ivani Fazenda antes relatada, em que as leituras subjetivas e as leituras objetivas precisam umas das outras para brindarem um quadro rico e expressivo da realidade pesquisada.

Não restam dúvidas de que a produção científica está fortemente determinada pela trajetória de vida de seus produtores, pelas experiências escolares certamente, mas também, em igual ou maior peso, por todas as outras vivências que experimentamos. Diante de uma mesma realidade, reagimos diferentemente; enxergamos quadros diferentes e somos chocados por alguns aspectos que, para outrem, passam despercebidos; interessamo-nos por detalhes que outros sequer reparam. Aquilo que salta aos olhos de cada um depende muito mais da posição de seu olhar do que daquilo que está à sua frente para ser olhado. E, nesse sentido, não é inútil lembrar que a posição ocupada pelo indivíduo é única, embora estejamos lado a lado com muitos parceiros, partilhando o mesmo mundo.

A sociologia há muito legitimou a idéia de que a inserção social é determinante na maneira como vemos o mundo, o que se tornou lugar-comum no meio educacional. A posição que ocupamos num certo contexto social, político, eco-

nômico certamente determina uma certa visão da realidade em que vivemos. Mas isso não é tudo; as diferenças são ainda mais profundas. Não temos o direito de reduzir todos os habitantes de uma vila urbana X, numa época Y, a uma única visão da realidade apenas porque pertencem a uma mesma classe social, partilham um mesmo contexto imediato e um mesmo momento histórico. Dois filhos de uma mesma família de vila, com dois anos de diferença, podem e frequentemente apresentam interesses muito diferentes, embora tenham bebido do mesmo leite, respirado o mesmo ar poluído, partilhado os mesmos valores, se desenvolvido dentro de um mesmo imaginário social. A dimensão subjetiva é soberana e incontornável!⁶ Ela pode tomar caminhos insuspeitados, meandros tortuosos para impor sua singularidade mesmo que, às vezes, essa particularidade só possa manifestar-se como fracasso, fracasso escolar, por exemplo. Queremos dizer com isso que aquilo de mais original numa pessoa, seja ela um simples analfabeto, habitante de periferia urbana de um grande centro, ou pesquisador, terminará por impor seus efeitos, custe o que custar.

A tentativa de impedir que essas marcas⁷ que a vida escreveu em cada um de nós se manifestem em nossos atos e produções tem como principal consequência que essa determinação tenha que encontrar outras vias para se manifestar. E essas outras vias podem, às vezes, assumir formas muito menos benéficas

para o indivíduo e para o seu entorno, empobrecendo as participações sociais legítimas em que essa mesma dimensão subjetiva poderia se mostrar, enriquecendo vida e obra (tanto na produção escolar de uma criança, no trabalho de um operário ou na produção científica de um professor universitário). É preciso insistir no triste fato de que boa parte da educação que recebemos trabalha no sentido de censurar e até impedir que a dimensão subjetiva e singular - que a duras penas e vagarosamente constrói-se em cada um de nós - infiltre-se na vida escolar ou acadêmica.

Nesse sentido e retomando a parte inicial, diria que a dimensão subjetiva esteve sempre ativa no pesquisador e nas pesquisas, mesmo na época em que ela foi mais duramente reprimida. Algumas das consequências dessa interdição foram provavelmente trabalhos áridos, pouco interessantes, e pouco prazer na pesquisa.

Jorge Luiz Borges dizia que toda sua obra foi feita para dizer uma única coisa. Só gravei a frase e não lembro mais qual era essa coisa ou, talvez, ele nem tenha dito o que era e eu apenas esqueci algo não dito. Borges era um homem de letras e não um professor universitário, e aos escritores sempre foi lícito usar suas vidas para compor suas obras. Já, na produção acadêmica, investiram-se muitas páginas para manter uma rigorosa barreira entre vida e obra e entre ciência e arte. Finalmente, todas as formas de arte ganharam a academia, mas essa barreira que protege do medo da

falta de cientificidade continua firme, embora bastante esburacada.

A prática dos memoriais, dos quais falamos antes, está cavando um belo buraco nessa muralha de medo. É através de buracos como esses que podemos ver que há muito mais em comum entre ciência e arte e entre vida e obra, seja qual for o tipo de produção, do que se quer admitir. E o fato de existirem elementos comuns não põe em risco a manutenção de diferenças importantes, por isso não seria preciso tanto medo nem tanta proteção. Diferenças podem conviver com semelhanças sem que precisemos fundir umas nas outras, fazendo-as desaparecer.

Assim como os escritores se utilizam de suas vidas para fazer suas obras, enganamo-nos ao pensar que o pesquisador produz suas obras despido de sua vida, pendurando-a no cabide, apenas usando as obras de outros (teorias de outros autores) ou as vidas de outros (sujeitos pesquisados). E aqui aparece um elemento fundamental: os autores. A noção de autoria está presente tanto na escrita literária quanto na escrita acadêmica; logo, constitui-se em denominador comum entre elas. Outro elemento que nos é muito caro, é a escrita propriamente dita, presente em praticamente todas as áreas da produção humana e intimamente ligada à autoria. Um pesquisador em educação não tem como furtar-se ao exercício do ato de escrever, nem ao destino de tornar-se autor, o que, muito provavelmente, não fará dele um artista da

pena, mas o fará, certamente, descobrir alguns dos efeitos que o exercício do ato de escrever traz como retorno para quem o exerce.

A mão pesada que faz dançar a caneta na pista de papel ou os dedos ágeis que dedilham, nervosos, um teclado de computador estão profundamente encravados, de todas as maneiras possíveis, na vida que eles ajudaram a compor. Quando se trata de escrever, a dimensão subjetiva é impossível de não ser reconhecida, e ela está presente tanto na escrita literária como na escrita acadêmica. A tão decantada e sempre reeditada angústia da página branca impõe sofrimento tanto a escritores novatos como a experientes e, tampouco, poupa mestrandos e doutorandos, entre outros tantos que, por algum motivo, entregam-se ao exercício desse ato. Mas esse sofrimento, quando suportado por certo tempo, pode, exausto, deixar lugar ao outro lado dessa paixão (do grego *pathos*), revelando o gozo possível no ato de escrever. Entregando-nos, sem susto, ao exercício desse ato, poderemos usufruir e deleitarmo-nos com as surpresas que ele irá, mais cedo ou mais tarde e ao longo das páginas que iremos produzindo, nos ofertar.

Permitir e até incentivar que as marcas peculiares que a experiência de vida gravou em cada um de nós possam ultrapassar os limites do corpo biológico e ingressar no corpo material da folha, por meio da escrita, é tarefa que a educação precisa encarar nesse início de terceiro milênio que está a nos espreitar.

ABSTRACT

This work ransoms, in a set of important articles by authorship of well-known and experienced researchers in education, a sample of declarations and depositions where we can clearly see the importance of the subjective dimension in research. The purpose is to insist on the need to admit that research worthy of this title can only be constructed on his or her own steps, on the trajectory of his or her unique and original life and from there to interact with the universe of other authors who inhabit the contemporary sea of letters. The article also points to the strong barrier which for so many years and on behalf of scientific objectivity and neutrality had to be erected between academic production and literary production, between art and science. In spite of the irreducible differences, this wall is starting to crumble, and some important elements, which until a short time ago were ignored and perhaps little studied, are starting to be the target of pundits, among which are the notion of authorship and the very operation of writing and its procedures.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu et alli. In: HIRANO, Sedi (Org). *Pesquisa social-projeto e planejamento*. 2. ed. São Paulo: Queiroz, 1988

BIANCHETTI, Lucídio (Org). *Trama & texto-leitura-crítica escrita criativa*. São Paulo/Passo Fundo: Plexus-Ediupf, 1997.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Universidade em mudança*. Salvador: I. O. da Bahia, 1971.

CASTRO, Amélia Domingues de et alli. *Pensando a pós-graduação em educação*. Piracicaba: Unimep, 1993.

CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática de pesquisa*. São Paulo/Rio de Janeiro: McGraw Hill do Brasil S.A., 1981.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Atlas, 1993.

FAZENDA, Ivani Catarina A. *Interdisciplinaridade - um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.

GATTI, Bernardette et alli. *Educação em debate - uma proposta de pós-graduação*. São Paulo: Cortez, 1987.

FAZENDA, Ivani. *Novos enfoques na pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1992.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. Análise de dificuldades na elaboração de teses e de dissertações a partir da identificação de prováveis contingências que controlam essa atividade do aluno. In: 1º Simpósio de Pós-Graduação na Unicamp, Anais, Governo do Estado de São Paulo, 1974 (mimeo).

RUDIO, Frantz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHRADER, Achim. *Introdução à pes-*

- quisa empírica*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- SEVERINO, Antonio Joaquim et alli. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SOARES, Magda e FAZENDA, Ivani. Metodologias não-convencionais em teses acadêmicas. In: SEVERINO et alli. *Novos enfoques de pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1992. pp. 121-135.
- SOUZA, Valdemarina Bidone de Azevedo e (Org.). *Participação e interdisciplinaridade - movimentos de ruptura/construção*. Porto Alegre: PUCRS, 1996.
- VARGAS, Milton. *Metodologia da pesquisa tecnológica*. Porto Alegre: Globo, 1985.
- WARDE, Miriam Jorge. *O papel da pesquisa na pós-graduação*. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, maio 1990, n. 73.
- _____. Palestra proferida no Seminário sobre Pesquisa em Educação no RS - Prioridades e perspectivas. *Relatório Final*, Porto Alegre: PUCRS, 12/05/1993.

NOTAS

- ² Painei apresentado na Sexta Conferência Brasileira de Educação- CBE, São Paulo, 3 a 6 setembro de 1991.
- ³ Um dado curioso é o que o termo *objeto*, que utilizamos em português para falar do alvo de nosso estudo, em francês é justamente *suj*. Perguntamos a um mestrando por exemplo, *qual é teu sujeito de dissertação?*, querendo saber qual é o objeto de seu estudo. Teríamos, nesse caso, um sujeito (pesquisador) pesquisando sobre outro sujeito (seu tema, que pode tratar-se efetivamente de sujeitos pesquisadores ou de objetos ou fenômenos quaisquer).
- ⁴ Cintra, A. M. M. Determinação do tema de pesquisa. *Ciência da informação*, 11 (2):15. *Metodologia do trabalho científico*, p.112.
- ⁵ Freud dizia que a intensa curiosidade sexual da criança pequena pode resultar, na vida adulta, num espírito aguçado de investigação, condição favorável para a atividade de pesquisa científica.
- ⁶ Lembremos o que dizia Guiomar Namó de Mello, citada anteriormente, sobre as maneiras insuspeitas pelo professor com que seus alunos podem apropriar-se do que ele ensina.
- ⁷ Mais um trecho de Ivani Fazenda sobre a experiência de escrita de seus orientandos colabora conosco: "...optamos por permitir que cada texto revelasse a personalidade, a marca de cada um" (Fazenda, 1993).